

Cecult – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

PROJETO TEMÁTICO:

SANTANA E BEXIGA

**COTIDIANO E CULTURA DE TRABALHADORES URBANOS EM SÃO PAULO
E RIO DE JANEIRO, ENTRE 1870 E 1930**

Equipe principal:

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha – Coordenadora – DH/ Unicamp

Prof. Dr. Sidney Chalhoub – DH/ Unicamp

Prof. Dr. Cláudio Henrique M. Batalha – DH/ Unicamp

Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach (Pós Doutorado)

Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio (Pós Doutorado)

Campinas, maio de 2001

Índice do projeto

1. Apresentação: as linhas de pesquisa do Cecult e o lugar da proposta atual, 03
2. Justificativa e relação do projeto com a bibliografia, 07
3. Objetivos (científicos e estratégicos), 18
4. Escopo da pesquisa e resultados esperados, 22
5. Estratégias e Procedimentos de Investigação: Santana e Bexiga, 29
6. Atribuições de cada pesquisador da equipe principal, 37
7. Infra-estrutura e contrapartidas oferecidas pela equipe, 41
8. Sobre as fontes, 42
9. Acervos a serem pesquisados, 44
10. Bibliografia, 45

1. Apresentação: as linhas de pesquisa do Cecult e o lugar da proposta atual

A estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação da UNICAMP, na área de História, favorece a criação de hábitos de trabalho conjunto entre docentes / pesquisadores que possuam afinidades intelectuais, atuem em áreas temáticas próximas ou mantenham interesses convergentes. Fruto de trabalhos desenvolvidos por cinco docentes, Alcir Lenharo (já falecido), Maria Clementina Pereira Cunha, Robert W. Slenes, Sidney Chalhoub e Silvia Hunold Lara, a linha de pesquisa em “História Social da Cultura” foi criada em 1993, atraindo diversos alunos de mestrado ou doutorado e mantendo seminários bastante ativos e interessantes. A necessidade de dar expressão institucional a essa associação, bem como de reforçar o caráter coletivo que permeava os esforços individuais, levou este grupo a criar o Centro Interno de Pesquisa em Cultura Popular (Cecult), que passou a funcionar em 1995, seguindo um movimento mais amplo de institucionalização de grupos de pesquisa no interior do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP¹.

Desde seu surgimento, o Cecult sediou um projeto integrado que conta com financiamento do CNPq até julho de 2001. Além dos professores ligados à linha “História Social da Cultura”, o Centro incorporou ainda outros estudiosos, dentro e fora da UNICAMP, cujos interesses temáticos e teóricos os aproximavam das suas propostas de trabalho, como Cláudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP), João José Reis (UFBA), Martha Abreu (UFF) e Maria Helena P.T. Machado (USP). Em 1997 o Cecult alterou seu nome para Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, respondendo a uma ampliação do alcance temático de suas preocupações. Desde janeiro de 1998, passou a

¹ Os centros internos de pesquisa são órgãos ligados à direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, seguindo as diretrizes constantes dos estatutos da universidade. Seus objetivos, de forma geral, são congregar pesquisadores cujos trabalhos mantenham pontos de afinidade entre si, promover intercâmbio com entidades de pesquisa do país e do exterior, organizar e divulgar as informações relativas às suas respectivas áreas de estudo, bem como promover seminários ou outras formas de encontro científico.

sediar um projeto de maior envergadura, apoiado pelo PRONEX/FINEP, que tem possibilitado viabilizar condições necessárias para solidificar este núcleo bem como dinamizar e adensar sua produção intelectual e acadêmica.

Funcionando sempre em conexão com as atividades ligadas às linhas de pesquisa em “História Social da Cultura” e “Trabalho, Política e Movimento Sociais” do Programa de Pós-Graduação em “História Social do Trabalho” da UNICAMP, o Cecult vem mantendo intenso intercâmbio com pesquisadores vinculados a outras instituições nacionais e do exterior, através da realização de seminários com vários professores convidados. No último ano, por exemplo, acolheu como professora visitante a Profa. Dra. Margarida Neves (História, PUC-RJ), que também ministrou um curso junto ao Programa de Pós-graduação. Abriga ainda a presença de uma pós-doutoranda, bolsista da FAPESP, a Profa. Maria Cristina Wissenbach, que vem desenvolvendo seu programa de trabalho junto ao Centro com excelentes resultados. Esta experiência, inclusive, nos animou a buscar uma ampliação na presença deste nível de pesquisadores, através do recrutamento de doutores recentes que mantenham pesquisas condizentes com o escopo deste projeto e possam trazer aportes importantes para o estudo das questões que ele abrange.

Além de suas atividades mais específicas, voltadas para a elaboração de instrumentos de pesquisa de uso coletivo e manutenção de uma infra-estrutura para os pesquisadores interessados nos temas da cultura (através da aquisição de uma bibliografia especializada e, especialmente, de fontes impressas e manuscritas em microformas que facilitem o trabalho empírico, ou ainda da manutenção de equipamentos necessários a ela, como leitora de microfimes e microcomputadores), o Centro tem contribuído para a formação de recursos humanos, especialmente através da implantação de atividades que integram vários bolsistas de Iniciação Científica, financiados através do CNPq (pelo sistema de cotas do projeto integrado), programa PIBIC/CNPq/UNICAMP e FAPESP². Assim, com este projeto, pretende-se aprofundar o trabalho até aqui acumulado no sentido de consolidar o Cecult como um centro de referência para os estudos da área no país. Será

² Há, atualmente dois bolsistas trabalhando junto a acervos cariocas, sob orientação da Profa. Dra. Martha Abreu (UFF) e dez vinculados aos professores pertencentes à UNICAMP. Incluindo os 12 bolsistas atuais, 25 bolsistas de iniciação científica trabalharam junto a projetos e atividades do CECULT desde 1997.

útil, diante disso, percorrer rapidamente a trajetória intelectual deste grupo de pesquisadores do Centro, para melhor situar o sentido da atual proposta.

As pesquisas desenvolvidas no Cecult tinham como eixo inicial o questionamento do conceito de “cultura popular”, tal como vinha sendo utilizado na historiografia brasileira. A partir de 1997, no entanto, seu eixo de preocupações assumiu uma nova dimensão, expressa no projeto *Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séc. XIX e XX)*. Nesta nova etapa, o foco deslocou-se para os sujeitos geralmente ocultos por uma história presidida pela idéia da unidade cultural da Nação: buscava-se resgatar as experiências e práticas dos agentes da chamada “cultura popular” (festas, tradições, visões de mundo, etc.) e daqueles que sobre ela haviam se debruçado na formulação da identidade nacional (literatos, memorialistas, folcloristas, etc.). Invertendo a perspectiva de uma história concebida como simples biografia da Nação, tais pesquisas procuravam revisitar “o popular” ou “o nacional” com questões oriundas da história social, propondo uma revisão historiográfica importante. O procedimento seguido nas duas primeiras etapas esteve centrado, entre outros objetivos, na consolidação das condições gerais do trabalho e na formação de instrumentos de pesquisa, especialmente bases de dados informatizadas em torno de alguns conjuntos documentais de interesse geral (viajantes, séries de crônicas jornalísticas, clubes e sociedades de diversas naturezas existentes nas cidades de São Paulo e Rio e, mais recentemente, um exercício ainda experimental com registros de ocorrências policiais em delegacias). Em boa medida, eles serviram como “acumulação de forças” capaz de viabilizar vôos maiores, incluindo também a compra de equipamentos para a montagem do Cecult e a reprodução ou aquisição de fontes básicas para a área de investigação.

O projeto ora apresentado, imbricado nestas atividades e concebido como um de seus desdobramentos, constitui um novo passo na direção de uma necessária ampliação de horizontes no trabalho do grupo. Não se pretende, evidentemente, abandonar a produção de instrumentos de pesquisa e bancos de dados (mesmo porque esta é uma atividade sistemática e, em alguns casos, permanente, já incorporada às rotinas de trabalho do Centro); mas eles deixam de constituir agora o fulcro principal, uma vez que o volume de informação processada em etapas de trabalho anteriores já permite seu uso sistemático

pelos pesquisadores da equipe em incursões de análise e interpretação de problemas históricos, sob a forma de pesquisas articuladas em planos mais específicos. Este projeto, assim, embora vá produzir como resultado indireto o enriquecimento de algumas destas Bases de Dados ou a produção de alguns instrumentos mais específicos, vá significar a compra de novas fontes e assim por diante, não se confunde com as rotinas de trabalho do Centro ou com sua abrangência global em termos de áreas de interesse. Sinal disto é o fato de que não incluía, entre sua equipe principal, todos os pesquisadores do Cecult, mas apenas uma parcela deles cujas pesquisas tem levado a esta nova forma de articulação e busca de resultados.

Dando continuidade ao leque de preocupações que vem norteando as pesquisas individuais e coletivas dos membros das equipes participantes, pretende-se agora aprofundar as investigações enfatizando especialmente a diversidade das experiências dos trabalhadores urbanos, em recortes cronológicos e espaciais mais específicos. Trata-se de centrar as pesquisas sobre os processos de construção de identidades e solidariedades, as formas de sociabilidade, diálogo e conflito entre trabalhadores de diferentes origens (étnicas, nacionais ou regionais), ofícios ou atividades profissionais, gêneros, religiões e outras diferenciações internas à classe. Por outro lado, o projeto se propõe a acompanhar e discutir a produção e o significado dos conceitos e imagens que recobrem a experiência histórica dos trabalhadores brasileiros reduzidos a figuras homogêneas e frequentemente colocadas em oposição, como “o” operário, “o” escravo, “o” trabalhador nacional e “o” imigrante, etc. e a rediscutir alguns paradigmas que atribuíram perfis e características distintas a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, pretende-se ultrapassar a tradicional ruptura que separa escravos e operários na história social do trabalho produzida no Brasil, que descartou as dimensões culturais envolvidas em processos como o das migrações internas (através do tráfico interprovincial, das migrações do campo para a cidade, nos deslocamentos populacionais entre as várias regiões do país) ou entre diferentes nações (na diáspora africana e nas imigrações européias). Enfatizando consensos e dissensos, identidades e diferenças, continuidades, mudanças e reconfigurações culturais na experiência dos trabalhadores no Brasil, este projeto procura abarcar um período histórico bem delimitado para trabalhar no interior de

um recorte que se inicia em 1850 e termina nos anos 1920. Parte-se do final do tráfico e das agitações escravas de meados do século XIX, percorrendo a crise do final da escravidão para chegar às agitações propriamente operárias do início do século XX.

2. Justificativa e relação do projeto com a bibliografia

Os desdobramentos da historiografia brasileira dos anos 80 e 90 sobre escravidão, sobre movimento operário e sobre aquilo que se costuma designar como “cultura popular” tem sugerido muitas possibilidades de revisão em interpretações clássicas da história brasileira, mas também têm enfrentado um limite: a despeito de referências teóricas em comum, não há ainda um diálogo sistemático entre historiadores da escravidão, das práticas culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário, apesar de alguns trabalhos recentes que começam a trilhar este caminho, mostrando suas imensas possibilidades. Entre especialistas nestas áreas a reflexão tem se desenvolvido quase sempre em caminhos paralelos. Uma breve incursão pela crítica bibliográfica, pode, assim, iluminar questões relativas ao projeto e clarificar alguns de seus objetivos. Ao pensar algumas das convergências e divergências que se estabeleceram entre distintas tradições de pesquisa, podemos estabelecer com mais cuidado de que modo este projeto dialoga com elas.

Os estudos sobre a história operária são, evidentemente, aqueles que de modo mais explícito debruçaram-se sobre o processo de formação da classe trabalhadora brasileira. Em especial, a partir do final dos anos 1970 – em paralelo com as greves de massa e as lutas sindicais que se inauguraram em plena vigência do regime militar – houve um crescente interesse de historiadores e cientistas sociais por uma história das greves e movimentos reivindicatórios ou da organização operária. Assim, influenciados pela riqueza das lutas dos trabalhadores, cuja organização havia se tecido no período autoritário “à margem dos

mecanismos tradicionais montados para representá-los”³, os pesquisadores do movimento operário começaram a interrogar-se sobre a originalidade dessas lutas. Constatar que a atuação dos trabalhadores do presente contrariava frontalmente as expectativas construídas pelos modelos de explicação tradicionais acabou por produzir o saudável efeito de colocar em xeque esses mesmos modelos retrospectivamente. Em outras palavras, exigiu que se olhasse para o passado de outros modos.

Ligados à emergência de novos grupos sociais na cena política, estes estudos polemizaram com pelo menos dois aspectos fundamentais presentes nos esquemas interpretativos. Por um lado, a idéia de que os trabalhadores não foram agentes sociais relevantes de sua própria história, cujo sentido seria subsumido no processo mais geral da constituição do Estado brasileiro, entendido como o principal sujeito da história do país, cuja lógica de desenvolvimento explicaria e daria sentido a todo o resto⁴. Por outro lado, polemizava-se também com a idéia de que era na diversidade das origens e no processo de sua formação que se encontrava a razão da suposta incapacidade dos trabalhadores brasileiros de tornarem-se uma classe social “madura”.

A articulação de tais críticas deu origem a investigações sobre diversos aspectos da experiência de classe. A história dos trabalhadores e do movimento operário alargou suas expectativas e interrogações. Ao resgatar sua história a partir da tentativa de “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade das suas práticas”⁵, essas pesquisas

³ Cf. Maria Célia Paoli, Eder Sader & Vera da Silva Telles, *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa)*. In **Revista Brasileira de História**, 1984, pp. 130-131. Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 70 e 80 vide: Luiz Werneck Vianna, *Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências*, **Dados**, 17 (1978) e Kazumi Munakata, *O Lugar do Movimento Operário*, **Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo**, ANPUH, 1980; ver também: Eder Sader & Maria Célia Paoli, *Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*, In Ruth Cardoso (org.), **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; Maria Célia Paoli, *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. In José Leite Lopes, **Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ; Museu Nacional, Marco Zero, PROED, 1987. Uma avaliação mais recente foi feita por Cláudio Batalha, *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. In Marcos César de Freitas (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. Bragança Paulista (SP): Universidade São Francisco; Contexto, 1998.

⁴ Para uma crítica deste paradigma do Estado brasileiro como “demiurgo”, ver: Marilena Chaui, *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista brasileira*. In Maria Sílvia C. Franco & Marilena Chaui, **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: CEDEC; Paz e Terra, 1978; Marilena Chaui, **Cultura e democracia: o discurso dominante e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

⁵ Cf. Maria C. Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles, *Pensando a classe operária...* cit. p. 130-1.

colocavam em pauta questões importantes: a pluralidade das formas de organização para além do sindicato e do partido, os diferentes projetos e as formas pelas quais – em distintos momentos – enfrentaram seus problemas e tentaram influir sobre os acontecimentos dos quais faziam parte.

Assim, não apenas os momentos excepcionais de enfrentamento direto, mas os pequenos conflitos e as diferentes formas de identidade, solidariedade e articulação foram também tratados; do mesmo modo, o tema do cotidiano que, não mais entendido como o “opaco espaço da repetição”, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência⁶. Esse alargamento de horizontes de pesquisa levou, igualmente, a uma ampliação da cronologia da história dos trabalhadores⁷, não apenas para os tempos mais recentes – que eram a seara mais comum dos sociólogos e cientistas políticos – mas, desafiando marcações temporais estabelecidas, estendendo suas indagações para períodos anteriores àqueles mais usualmente freqüentados.

Desde o final dos anos 70, as pesquisas passaram progressivamente a inquirir as primeiras décadas do século XX – e o movimento operário do início do século, sobretudo em suas vertentes anarquistas e anarco-sindicalistas, ganhou o estatuto de um tema privilegiado, a partir de novos problemas históricos e de interpretações alternativas que redimensionaram os debates e ampliaram as possibilidades de investigação⁸. Tal inflexão favoreceu, em seguida, a multiplicação de estudos que se afastavam da tradição sociológica das “grandes interpretações” para buscar os agrupamentos profissionais (têxteis, gráficos, portuários, etc.), suas formas de organização, movimentos específicos e suas dinâmicas próprias, a composição da força de trabalho, a vida operária dentro das fábricas, os processos de trabalho, assim como, com menor ênfase, o lazer e o cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação, habitação, etc. – que se tornaram temas de teses de mestrado e doutorado, e de alguns livros importantes, publicados sobretudo a partir dos anos 80⁹.

⁶ Eder Sader e Maria Célia Paoli, *Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro*, cit., p. 45.

⁷ Cf. Cláudio Batalha, *A historiografia da classe operária no Brasil...*, cit. p. 153.

⁸ Além dos textos de Marilena Chaui mencionados acima, ver, entre outros, Edgar De Decca, **1930: O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ Vide, entre muitos outros, Maria Auxiliadora G. Decca, **A vida fora das fábricas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Yara Aun Khouri, **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização**

A partir desta década, articulou-se, através de esforços paralelos, uma segunda tradição de pesquisas que também construía suas interrogações em torno das experiências dos trabalhadores e dos grupos socialmente marginalizados no Brasil, abordada a partir de problemas que acabavam por extrapolar a interrogação exclusiva sobre a constituição da classe e suas formas de luta. Se o que se recorta aqui não são mais os operários – ainda que estes não sejam excluídos das análises –, os temas do cotidiano e da experiência definem de algum modo um campo comum de investigações. Em linhas gerais, esses trabalhos constituíram-se em duas frentes. Por um lado, a interpretação dos discursos e ações das elites políticas em suas tentativas de impor, a partir de cima, um quadro normativo de condutas que disciplinasse e colocasse sob controle as iniciativas e as formas de organização social e cultural das chamadas “classes populares”. Assim, os projetos de “modernização” desenhados pelas elites urbanas a partir das últimas décadas do século XIX ganharam o centro das atenções: as reformas urbanísticas, as teorias higienistas, os discursos médico-psiquiátricos e jurídicos foram escrutinados com o objetivo de compreender as formas pelas quais se tentava impor uma nova ordem social. Por outro lado – e de forma muitas vezes complementar – estudava-se a pluralidade das respostas que os diversos grupos sociais articulavam na tentativa de resistir a essa imposição¹⁰.

Ao estudar em especial (mas não exclusivamente) as primeiras décadas da República, vários trabalhos abordaram as experiências das populações pobres,

proletária. São Paulo, Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981; Elisabeth Souza-Lobo, **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1992. Sobre a presença de trabalhadores negros em algumas categorias operárias, vide, a título de exemplo, Maria Lúcia Caira Gitahy. **Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.** São Paulo: Ed. UNESP; Prefeitura Municipal de Santos, 1993; Fernando Teixeira da Silva - **Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entre-guerras).** Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000; Maria Cecília Velasco e Cruz - **Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República.** S. Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1998.

¹⁰ Abordando explicitamente a “questão da configuração (...) de práticas ou mecanismos de controle social da classe trabalhadora típicos de uma sociedade capitalista” Sidney Chalhoub identificou dois movimentos essenciais, “simultâneos e não-excludentes”: “a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias”. Em seu trabalho, Chalhoub construía uma investigação deste problema a partir dos processos criminais e a crônica policial do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Fazia isso privilegiando, entretanto, em suas próprias palavras, “a experiência ou prática de vida dos trabalhadores”. Cf. **Trabalho, lar e botequim**, cit. (1986) pp. 28 e 30-31. É interessante notar que este trabalho de Chalhoub coloca-se exatamente no ponto de intersecção entre os estudos operários e aqueles das “classes populares”, demonstrando as proximidades e articulações entre esses campos.

trabalhadores, mas também os desclassificados sociais, os excluídos e marginalizados – mesmo os criminosos, as prostitutas, os loucos¹¹. Através da interrogação sobre o cotidiano, as formas de controle social exercidas pelas elites e as estratégias de resistência desses grupos sociais eram incorporadas aos temas da historiografia. Do mesmo modo, seus embates, sua participação política e suas formas de organização para além daquelas relacionadas ao trabalho¹². Disto resultou, em primeiro lugar, o reconhecimento de que disciplinas ou modos de vida não foram simplesmente **impostos** aos trabalhadores pobres, mas objeto de lutas intensas e constantes. Por outro lado, o impulso – político e historiográfico – de rever procedimentos e pontos de vista consagrados pela historiografia trouxe à baila, por exemplo, a necessidade de indagar sobre os conflitos e clivagens internas dos trabalhadores, sua diversidade (inclusive étnica), a natureza das vivências que alimentavam suas atitudes e interpretações frente a uma sociedade “cujo sentido fundamental era a reprodução das desigualdades” e onde “o controle dos corpos, das mentes e dos atos dos agentes sociais tornava-se fundamental”¹³.

Com problemas semelhantes lidou parte dos estudos pertencentes a uma terceira tradição de investigação de importância central para a discussão que propomos: trata-se da história da escravidão. Também aqui, as consequências de tomar como descrição da realidade toda uma interpretação produzida pelos contemporâneos sobre a escravidão e a

¹¹ Ver, por exemplo: Boris Fausto, **Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1984; Sidney Chalhoub, **Trabalho, lar e botequim**, cit., 1986; Maria Clementina P. Cunha, **O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; Margareth Rago, **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Martha de Abreu Esteves, **Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Rachel Soihet, **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Maria Inez Machado Borges Pinto, **Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)**. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1994 (tese de 1984).

¹² O trabalho de José Murilo de Carvalho (**Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987) colocava explicitamente a questão da cidadania e da participação política popular em suas relações com o governo republicano. O tema da cidadania dirigiu também as investigações de Eduardo Silva, em **As queixas do povo** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988) e de Marcos Bretas em **A guerra nas ruas. Povo e polícia no Rio de Janeiro** (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997).

¹³ Cf. Sidney Chalhoub, Gladys Ribeiro e Martha Esteves. *Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro: vivência de libertos, 'galegos' e mulheres pobres*. **Revista Brasileira de História**, 5 (8-9), setembro de 1994/abril de 1985, p. 96. Ver também, sobre o mesmo tema, o prefácio de Maria Odila Leite da Silva Dias ao livro de Maria Inez Borges Pinto, **Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)**, 1994.

vida dos escravos impediram, seguidamente, que se estudasse de fato as experiências e as iniciativas de escravos e ex-escravos dentro do mundo em que viveram. Seguindo caminhos análogos àqueles trilhados por grande parte dos debates historiográficos que citamos antes, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a **experiência escrava** na história da escravidão no Brasil.

Por muito tempo, as relações de dominação que se estabeleceram na sociedade escravista no Brasil foram pensadas exclusivamente dentro de um quadro marcado pelo binômio submissão-resistência. Em outras palavras, a imagem dos escravos mais difundida pela historiografia era a de um conjunto de homens e mulheres inteiramente subjugados por sua própria condição, anômicos, impedidos de pensar a si mesmos de outro modo que não como **coisas**. Partindo da definição estritamente legal que considerava o escravo como **mercadoria** – isto é, objeto de transação e dos desígnios de seu proprietário – concluía-se que ele vivia esta alienação integralmente, como se, uma vez reduzido à condição de **objeto**, fosse anulado como **sujeito**, incapaz de qualquer ação autônoma, com exceção da reação “espontânea” da violência e da fuga¹⁴. Se é verdade que a ênfase na submissão brutal dos escravos e na sua impossibilidade de combater a partir de dentro as conseqüências do cativeiro ajudou a demolir o mito da “democracia racial” no Brasil entre os anos 1950 e 60¹⁵, esta perspectiva sobre a escravidão também deixou em aberto muitos problemas que apenas foram enfrentados pelos estudos históricos.

Em face de um quadro que considerava a ação escrava como pouco relevante para as transformações que aconteceram na sociedade escravista – incluindo aí a própria abolição da escravidão – foi se articulando uma contestação sistemática, em especial a partir do final da década de 80. Combatia-se, fundamentalmente, a imagem do “escravo-coisa”¹⁶, a partir de um conjunto expressivo de estudos empíricos. Assim, por exemplo,

¹⁴ Tal definição legal restringe-se, obviamente, ao direito civil, pois ao escravo era imputada responsabilidade diante da justiça criminal. Para um mapeamento historiográfico das diversas interpretações sobre a escravidão, ver Robert Slenes, **Na senzala uma flor**. cit., pp. 21-43, que toma o problema da constituição da família escrava como eixo central da discussão.

¹⁵ Para uma exposição clara dos embates em torno da interpretação da escravidão no Brasil entre os anos 50 e 70, ver Emília Viotti da Costa, “O mito da democracia racial no Brasil”, In **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, pp. 227-242.

¹⁶ Para usar a expressão de Sidney Chalhoub em **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Chalhoub discute com os teóricos do “escravo-coisa” em todo o livro, mas especialmente nas pp. 35-42 e no epílogo, pp. 249-253.

Sidney Chalhoub, estudando as últimas décadas da escravidão através dos processos civis e criminais que envolviam escravos e senhores na cidade do Rio de Janeiro, demonstrou como os cativos exploravam ativamente, em seu proveito, as brechas legais que a sociedade escravista deixava em aberto, lhes permitindo lutar pela conquista de direitos. Ao abordar o período inaugurado pela lei de 28 de setembro de 1871, ele discutia como as contradições contidas nos novos dispositivos legais – que rearticulavam e tornavam, de certo modo, mais ambíguas as relações entre o Estado, a classe senhorial e os escravos – eram percebidas e manipuladas pelos cativos. Assim, os escravos articulavam suas próprias concepções de liberdade, daquilo que poderiam considerar como um “cativeiro justo ou pelo menos tolerável”, os limites dos seus próprios deveres e seus “direitos” frente aos senhores, etc., e se voltavam para a Justiça constituída, impetrando processos contra seus algozes, recorrendo à lei para conseguir sua liberdade ou para negociar – mesmo que dentro de limites precisos – as condições de seu cativeiro.

Para estudar o modo de vida dos escravos, os novos estudos sobre a escravidão – muitos dos quais foram produzidos no interior deste grupo de pesquisadores vinculados ao Cecult, como João José Reis, Maria Helena P. T. Machado, Silvia Hunold Lara e Robert Slenes, além de Chalhoub - trataram de abordar as relações escravistas como fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências desses homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração¹⁷. Assim, cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos sociais, têm sido investigadas, propiciando diferentes questionamentos às interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, Robert W. Slenes, **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. Tese Ph.D., Universidade de Stanford, 1976 (um estudo pioneiro que influenciou muitos dos trabalhos posteriores); Peter Eisenberg, **Homens esquecidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989 (que reúne diversos artigos escritos durante a década de 70); Maria Odila Leite da Silva Dias, **Cotidiano e poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984; João José Reis, **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986; Célia Maria Marinho de Azevedo, **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; João José Reis e Eduardo Silva, **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Silvia Hunold Lara, **Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; e o já citado Sidney Chalhoub, **Visões da liberdade**, 1990.

Desse modo, os estudos sobre o mundo da escravidão desdobraram-se – a partir de temas e problemas distintos – em várias direções: a rediscussão dos significados do castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas – para citar apenas alguns destes desdobramentos – constituem bons exemplos¹⁸. São também muitos os trabalhos históricos que, hoje em dia, partem dessas concepções para realizar estudos sobre as relações entre escravos e libertos no mundo escravista, sobre a experiência dos libertos, sobre a importância das lutas de escravos e libertos no processo de emancipação e na abolição¹⁹. Particularmente importantes para os objetivos deste projeto, são os estudos sobre o trabalho escravo nos centros urbanos brasileiros, em Salvador e especialmente no Rio de Janeiro e

¹⁸ Além dos trabalhos citados acima, vide também Maria Helena Pereira Toledo Machado, **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição**. São Paulo: Ed.UFRJ/EDUSP, 1994; Keila Grinberg, **Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; Flávio dos Santos Gomes, **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; J. J. Reis e Flávio Gomes (orgs.), **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Flávio dos Santos Gomes, **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 1997; Eduardo S. Penna, **O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; Joseli Maria Nunes Mendonça, **Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, 1999; Pena, Eduardo Spiler, **Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, no prelo (2001); Carlos Eugênio Líbano Soares, **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850**, Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, no prelo (2001) e Robert W. Slenes, *"Malungu, ngoma vem!" África coberta e descoberta no Brasil*. **Revista USP**, 12 (1991-1992): 48-67 e, do mesmo autor, o já citado **Na senzala uma flor**, 1999.

¹⁹ Sobre a experiência dos libertos, vide especialmente Maria Inês Côrtes de Oliveira, **O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890**. São Paulo, Corrupio/CNPq, 1988; Regina Célia Lima Xavier, **A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996; Maria Cristina Cortez Wissenbach, **Sonhos africanos, vivências ladinas. escravos e forros em S. Paulo, 1850-1880**. São Paulo: HUCITEC/História Social/USP, 1998; Elciene Azevedo, **Orfeu de carapinha. A trajetória de Luís Gama na Imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, 1999. Para um estudo das relações entre trabalhadores livres e escravos, vide Sandra L. Graham, **Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Para uma discussão renovada das experiências do período da abolição e do pós-emancipação vide George Reid Andrews, **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**, São Paulo: EDUSC, 1998; Hebe Maria Mattos de Castro, **Das cores do silêncio: os**

em São Paulo, núcleos de nossa atenção neste projeto. Experimentando condições de vida e trabalho que, na maior parte das vezes, prescindiam da tutela direta dos senhores, agenciando o seu ganha-pão e por vezes o de seus próprios donos, morando em quartos alugados, gozando da liberdade de ir e vir e dizendo-se *senhores de si*, as experiências dos escravos empregados sob as modalidades do ganho e do aluguel aproximavam-se das prerrogativas de trabalhadores livres, ou ao menos não se colocavam antagonicamente a elas. Podiam até articular greves, como mostrou João José Reis, método de luta até então visto como típico do trabalhador industrial ²⁰.

Confrontar as possibilidades desta rica abertura temática e interpretativa dos estudos sobre a escravidão com os resultados alcançados pelos estudos voltados para a formação de uma classe de trabalhadores urbanos é uma forma de problematizar um amplo conjunto de assertivas pouco questionadas na historiografia brasileira. No Brasil, tais estudos foram marcados por pressupostos bastante definidos. O mais importante deles era a convicção de que esse processo se confundia com a própria constituição de um mercado de trabalho assalariado no país, após a abolição da escravidão, em 1888. Em paralelo a isso, a asserção de que a imigração europeia das últimas décadas do século XIX havia marcado não apenas a composição demográfica e étnica deste proletariado, mas também seus perfis ideológicos e culturais. Assim, o problema da constituição das classes trabalhadoras brasileiras colocava-se no âmbito da **substituição** do trabalho (e do trabalhador) escravo pelo trabalho “livre” dos imigrantes europeus.

Silvia Lara observou recentemente a insuficiência dessas análises que, estudando a história social do trabalho no Brasil, acabavam por identificá-la antes de tudo com a

significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁰ João José Reis, *A greve negra de 1857 na Bahia*, **Revista USP**, 18 (1993), p. 29. Além dos estudos sobre escravidão urbana feitos por João J. Reis, Sidney Chalhoub, Maria Odila L. da Silva Dias, Maria Cristina C. Wissenbach, já citados, ver também: Leila Mezan Algranti, **O feitor ausente – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis: Vozes, 1986; Luciano R. de Almeida Figueiredo e Ana Maria Magaldi, *Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial*. **Cadernos de Pesquisa**, 54 (1985), 50-61; Mary C. Karash, **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Cia das Letras, 2000 (tradução de **Slave life in Rio de Janeiro**, Princeton University Press, 1987).

história do “trabalho livre” e assalariado ²¹. Assim, e de modo paradoxal, foi sistematicamente excluído desse processo tudo o que dizia respeito ao trabalho escravo e seus legados, bem como o universo de experiências e de lutas desses homens e mulheres e seus descendentes. Apesar do seu alargamento temático e cronológico, a historiografia sobre a presença operária ainda manteve um antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um ser branco, quase sempre falando uma língua estrangeira. Os negros, egressos do mundo escravista, continuaram ausentes – ou ocultos sob a designação do “popular”. Os estudos sobre a constituição de uma classe trabalhadora, das suas experiências de produção e suas formas de organização e luta, foram – desse modo – radicalmente separados dos estudos da escravidão e da experiência escrava.

A idéia de que apenas no período pós-escravidão existiu de fato a formação de uma classe trabalhadora urbana carrega – mesmo que não explicitamente – pressupostos que gostaríamos de contestar diretamente: o primeiro deles é uma noção de **trabalho** que, partindo de um modelo abstrato, não é capaz de ver a diversidade de situações e de experiências que se construíram para além da sua concepção unívoca e incontroversa. Por outro lado, a forma pela qual se avalia o lugar da ação é igualmente contestável: opondo de modo irreconciliável a “escravidão” de um lado e o “trabalho livre” de outro, essa concepção acaba por re-editar implicitamente a idéia do “escravo-coisa” e estreitar a experiência social ao plano econômico, ignorando todas as formas de interação, diálogo, convivência e solidariedade que fazem parte da vida dos pobres na cidade. Como lembra mais uma vez Silvia Lara, a historiografia sobre a “transição” pretendia “estabelecer uma teoria explicativa da ‘passagem’ do mundo da escravidão (aquele povoado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos.”²²

²¹ Cf. Silvia H. Lara, *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*, **Projeto História**, (16), 1998, pp. 25-28.

²² *Ibid.* p. 27.

A crítica histórica às teorias da “transição” deve começar pela crítica à reificação de noções como “escravidão”, “liberdade” – bem como seus correlatos, o “trabalho escravo” e o “trabalho livre” – consideradas como definições consensuais e neutras. É preciso, portanto, partir da consideração de que as definições de “escravidão”, “liberdade” e “trabalho”, em todas as suas combinações, foram durante um longo período – antes e mesmo depois do fim da escravidão – armas em um campo de lutas que superava de muito o mero aspecto semântico: traduziram, na verdade, para os distintos protagonistas, parâmetros de confronto político e de negociação, bem como fundamentos racionais para a construção de expectativas frente ao presente e o futuro.

O que se impõe a partir dessas considerações é que um estudo que pretenda enfrentar as questões indicadas torna-se inseparável de uma indagação sobre a sociedade escravista, bem como sobre os impasses enfrentados no pós-emancipação²³. Não se pode, portanto, ignorar que – fossem quais fossem os resultados imprevisíveis do fim do regime escravista – o mundo que se formaria a partir daí seria estabelecido, forçosamente, sobre as expectativas que senhores e escravos (e não apenas eles) haviam construído sobre o que seria uma sociedade sem a escravidão. Essas expectativas deveriam responder, de muitos modos – como não poderia deixar de ser – às experiências que esses homens e mulheres tiveram durante os séculos de escravidão, suas tradições e costumes, mas também suas esperanças e temores.

Apontando nesta direção começaram a surgir, nas últimas décadas, estudos que fogem aos paradigmas interpretativos dominantes, e que – em alguns casos – chegam a abordar as questões raciais ou a presença negra na análise de situações específicas²⁴. Trabalhos recentes vêm acentuando a necessidade de aprofundar ainda mais a interrogação sobre a pluralidade étnica e cultural que está envolvida na gênese e experiência da classe,

²³ E, neste sentido, este projeto ecoa preocupações presentes em outros estudos sobre sociedades que viveram situações semelhantes, como os Estados Unidos ou o Caribe, ou mesmo a África pós-colonial. Para uma discussão atualizada sobre isso, ver **Beyond Slavery Explorations of race, labor and citizenship in postemancipation societies...**, (2000), cit.

²⁴ Ver Sidney Chalhoub, **Trabalho, lar e botequim** (1986), que busca a classe trabalhadora sem recorrer à análise específica de um “movimento” ou situação de confronto, e no qual as tensões entre negros e portugueses são amplamente discutidas. Sobre a presença de trabalhadores negros em algumas categorias operárias, vide, a título de exemplo, Maria Lúcia Caira Gitahy. **Ventos do mar**, cit.; Fernando Teixeira da Silva, **Operários sem patrões**, cit.; Maria Cecília Velasco e Cruz. **Virando o jogo**, cit.

lançando luz sobre as possibilidades de organização, resistência, solidariedade e confronto que essa mesma condição permitiu. Desse modo, trata-se de abordar a questão da constituição plural dos trabalhadores e de sua convivência nem sempre destituída de conflitos internos em um plano temporal mais largo, que inclui igualmente a longa e significativa experiência do trabalho escravo.

Análises cruzadas do conjunto de relações que conformam a experiência destes sujeitos – de classe, etnia, gênero, modos de vida, matrizes religiosas e outros padrões culturais – caracterizando, em outras palavras, a produção de múltiplas identidades entre os trabalhadores urbanos, permitem redimensionar as abordagens tradicionalmente empreendidas por historiadores e cientistas sociais, propõem novas questões, problematizam paradigmas explicativos e levam à investigação em novas fontes ou mesmo à releitura das já utilizadas anteriormente.

3. Objetivos científicos e estratégicos

As principais linhas de investigação e formas de intervenção estarão centradas em dois tipos de objetivos a serem alcançados. Os primeiros, de natureza propriamente científica, dizem respeito a questões intelectuais a serem enfrentadas no âmbito das pesquisas envolvidas no projeto. O segundo conjunto de objetivos está voltado para a construção de meios – sejam eles dirigidos à potencialização da pesquisa, divulgação de seus resultados ou formação de quadros científicos:

3.1. Científicos:

1. Compreender a formação e a experiência das classes trabalhadoras no período, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tomando como objeto

seus próprios costumes e tradições, destacando suas diferenças e os processos de construção de solidariedades e identidades, revendo a interpretação tradicional para tematizar a experiência de escravos, libertos e ex-escravos como elemento central de sua formação no Brasil.

2. Resgatar a heterogeneidade inerente ao universo cultural que se costumou chamar de “popular”, “nacional” ou “regional” ou, ainda, que está subjacente a recortes de análise mais classistas, acompanhando esforço recente da historiografia brasileira no sentido de fazer emergir as diferenças e ambigüidades: procurar as dinâmicas internas a estes recortes, a tessitura de diversas redes de solidariedade, de configuração de múltiplos espaços de sociabilidades e práticas identitárias nem sempre convergentes.
3. Estudar a importância das variantes étnicas, nacionais e regionais na conformação de dissensos e consensos entre os diferentes segmentos das classes trabalhadoras, desde meados do século XIX até as décadas iniciais do XX, buscando seus significados para a dinâmica interna da experiência de classe;
4. Discutir o processo de construção e formulação conceitual das homogeneidades que cercam as imagens do trabalhador nacional, do operário, do escravo na produção literária, científica e no pensamento político do período, investigando seus significados históricos e sua apropriação pela historiografia.
5. Criticar a produção de imagens e paradigmas que envolvem a historiografia voltada para o estudo das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para reinterpretar algumas de suas configurações habituais. Nestes dois contextos, fugindo dos estereótipos, resgatar os elos de ligação entre as experiências dos trabalhadores escravos e livres buscando superar a ruptura que tem caracterizado a historiografia que identifica a história social do trabalho àquela do trabalho livre ou do movimento operário.

3.2. Estratégicos

Quanto aos objetivos relacionados à formação de pessoal científico, aos meios de viabilização, potencialização e divulgação de resultados, trata-se de contribuir para o aprimoramento da qualidade das pesquisas individuais. Tais condições criam um ambiente de fermentação intelectual que, desenvolvendo-se a partir de uma infra-estrutura adequada, resultará no adensamento da qualidade do trabalho acadêmico. Isso significa que este projeto possui um objetivo mais amplo, pretendendo discutir técnicas de trabalho com estes novos materiais empíricos e formar pesquisadores familiarizados com elas. Além das pesquisas individuais e coletivas e das atividades relacionadas aos programas de pós-graduação, dedicaremos especial atenção no sentido de realizar oficinas de pesquisa que discutam a natureza e características das fontes, suas potencialidades para a pesquisa histórica, as possibilidades no tratamento das informações por elas oferecidas e também as especificidades e problemas a serem enfrentados na construção de narrativas históricas que as tenham por base. No âmbito do Cecult, este tipo de exercício já foi realizado com processos criminais, e agora poderá incorporar novas modalidades de documentação como, por exemplo, o trabalho com outras formas de documentação judiciária igualmente complexa no seu trato, como inventários e testamentos, ou séries estatísticas subjacentes à documentação policial.

Do ponto de vista institucional, além da potencialização dos esforços de pesquisas individuais propiciada pelo trabalho em equipe, o projeto resultará, também, na melhoria da formação de recursos humanos na área da história social da cultura. Com condições de pesquisa mais adequadas, espera-se agilizar a formação de mestres e doutores, e dar condições para que jovens mestres e doutores recém-formados possam também circular entre as instituições envolvidas, ajudando a consolidar institucionalmente o Cecult: de centro emergente, poderá tornar-se, por este caminho, uma referência efetiva para os estudos desta área, através dos resultados alcançados com este projeto e sua divulgação através de publicações e eventos científicos.

Tais objetivos podem ser resumidos nos seguintes pontos:

1. Estimular a formação de alunos de graduação e pós-graduação na área abrangida pelo projeto. Esta contribuição se fará sentir também na formação em pesquisa (através da participação em projetos coletivos) para alunos matriculados nos diferentes níveis de formação acadêmica cujos projetos de pesquisa mantenham uma proximidade clara com a problemática em desenvolvimento. Uma das atividades voltadas para este objetivo será a realização de Oficinas de pesquisa entre os pesquisadores envolvidos, nas quais pesquisadores mais experientes devem preparar bolsistas de IC, mestrandos e doutorandos em torno de questões relacionadas a tratamento da documentação ou outras questões práticas do trabalho em desenvolvimento.
2. Aprofundar as práticas de trabalho coletivo, ampliando ainda equipe de pesquisadores com a incorporação de doutores recentes cuja área de pesquisa mantenha uma clara vinculação com o escopo e os recortes do projeto. O critério principal para a inclusão de novos projetos deverá ser o da compatibilidade temática e teórica, de modo a garantir esta característica do Centro.
3. Alimentar, na área específica de abrangência do projeto, o trabalho de construção de ferramentas de trabalho; no caso específico deste projeto, isto significa incrementar a Base de Dados com documentação policial e desenvolver em um sentido mais específico a de Clubes e Sociedades, que mantém relação direta com a pesquisa em desenvolvimento.
4. Melhorar as condições de pesquisa através da compra ou reprodução em microformas de fontes documentais a serem disponibilizadas aos pesquisadores do grupo e fora dele através de instituições como o Arquivo Edgard Leuenroth.
5. Desenvolver uma atividade sistemática de divulgação e extroversão dos resultados de pesquisa através de intercambio com pesquisadores do país e do exterior, seminários para avaliação e discussão dos resultados parciais e sua publicação, sob a forma de coletâneas, livros e artigos, de modo a alimentar o debate das questões em foco.

4. Escopo da pesquisa e resultados esperados:

Desde as últimas décadas do século XIX, o crescimento dos maiores centros urbanos do país foi alimentado pela imigração européia presente desde a segunda metade do século, mas intensificada na década de 1890. Estes contingentes serão sempre expressivos nos quadros do trabalho urbano brasileiro, especialmente em São Paulo, mas é difícil supor que tenham formado a sua maioria. Foi intensa a presença de ex-escravos e outros homens e mulheres pobres nas cidades, bem como de contingentes significativos migrantes oriundos de distintas regiões do país. É este conjunto heterogêneo – em termos de origens, identidades, experiências, expectativas, línguas até – que foi compondo, nos centros urbanos em acelerada expansão, uma população trabalhadora social e culturalmente diversificada que ocupou o lugar comum da pobreza. Habitavam lado a lado em cortiços e bairros proletários, freqüentavam os mesmos lugares de diversão e de culto religioso, cruzavam-se pelas ruas e nos lugares do dia-a-dia. Assim, não são apenas os “proletários industriais”, mas também aqueles que se ocuparam dos muitos ofícios urbanos – serviços domésticos, construção civil, comércio, entre outros – que acabam por dar forma e conteúdo às classes trabalhadoras das cidades. Os contingentes de trabalhadores pobres, sub-empregados e desempregados são também dificilmente separáveis, na escala do cotidiano, dos indivíduos que se ocupam em garantir a sobrevivência fora do mercado relativamente regular de trabalho ou mesmo das disposições estritamente legais: biscateiros, jogadores, prostitutas, gente que entra e sai do mundo formal do trabalho e usa suas habilidades para sobreviver em suas franjas. Em sua convivência, estes trabalhadores urbanos produziram identidades, experimentaram a dissidência e a diversidade em seus embates da vida comum, mas também foram *produzidos* enquanto homogeneidade por outros sujeitos sociais: como “classe operária”, mas também como “classes perigosas”.

Assim, a idéia mesma de “proletariado típico” com que muitas vezes se estudou as classes trabalhadoras no Brasil²⁵ é implodida pela diversidade das vivências e das concepções que estes sujeitos articulavam sobre si mesmos. A própria identidade como grupo ou classe era estabelecida, com freqüência, antes de tudo sobre a condição comum de pobreza e precariedade em que estes homens e mulheres – engajados nos mais diversos ofícios – viviam²⁶. Não se deve ignorar, além disso, a grande variação existente na própria formação das classes trabalhadoras em diferentes cidades ou regiões do país. Como apontou Sílvia Petersen, mesmo os estudos sobre sua a formação em São Paulo e no Rio de Janeiro são, de certa forma, estudos “regionais”: embora tratem das regiões política e economicamente hegemônicas, não podem ser facilmente generalizados²⁷. Poderíamos acrescentar que, mesmo entre estas duas cidades, as diferenças de trajetórias e experiências parecem superar de modo significativo as semelhanças ou, pelo menos têm sido fortemente marcadas pela historiografia. De todo modo, essas diferenças estão fundamentadas em processos históricos diferenciados e manifestam-se tanto nos papéis desempenhados por São Paulo e pelo Rio de Janeiro no cenário político do país, quanto em características econômicas e demográficas das duas maiores cidades brasileiras.

No Rio de Janeiro encontrava-se a sede do governo brasileiro tanto no Império quanto na República, mantendo-se como o centro político e administrativo mais importante do país em todo o período estudado. Por outro lado, a capital sediou a maior parte da atividade industrial e reuniu a maior concentração de operários do país até o final da década de 1920 e início da seguinte, quando foi suplantada por São Paulo²⁸. Ainda que tenham sido expressivos os contingentes de imigrantes estrangeiros – especialmente portugueses, espanhóis e italianos – que afluíram ao Rio de Janeiro, em especial nas últimas décadas do século XIX, sua composição demográfica foi profundamente marcada pela expressiva

²⁵ Cf. Cláudio Batalha. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?*, **Revista Brasileira de História**, v. 12 (23-24), 1991/1992, pp. 111-124.

²⁶ Como nos lembra Cláudio Batalha: “A habitação nos cortiços ou nas casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças, a alimentação, o modo de vestir, fazem parte da identidade visível do proletariado”, Cf. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?*, cit., p. 118.

²⁷ Cf. Sílvia Regina F. Petersen, *Ainda o movimento operário como objeto historiográfico*. **Anos 90**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRS, Porto Alegre, nº 8, dezembro 1997, p. 70.

²⁸ Cf. Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social**, São Paulo: DIFEL, 4ª. edição, 1986, p. 14.

concentração de escravos e ex-escravos na cidade, bem como por ter sido o destino principal da migração interna, em distintos períodos. Imagens como a da “Pequena África”, da população marginalizada que sobrevive de expedientes ou atividades autônomas, de uma cidade boêmia e carnavalesca ganhou corpo na produção dos historiadores ²⁹.

São Paulo, por outro lado, foi durante boa parte do século XIX um núcleo urbano com uma população relativamente pequena. Ainda que fosse um centro importante para a formação de quadros para a política e a administração do país, através da sua Academia de Direito, a importância política e econômica da cidade apenas cresceu de fato com o incremento da grande lavoura de café, do qual foi direta beneficiária. A promoção da imigração para suprir novos braços para a lavoura, bem como os excedentes que financiaram o início da industrialização na cidade, promoveram sua rápida expansão e urbanização³⁰. O formidável crescimento urbano a partir da década de 1890, alimentado pela imigração, modificou radicalmente suas feições transformando-a, rapidamente, em uma metrópole em cuja população a forte presença de imigrantes estrangeiros de diversas procedências era notável. Tal característica – de resto também presente, com outros elementos, na capital do país, acabou por sedimentar a imagem de uma cidade do trabalho, com um operariado mais ativo e mobilizado. Para a maior parte da historiografia, centrada sobretudo nestes aspectos, a cidade acabou por concentrar uma classe trabalhadora bastante distinta da carioca, com suas próprias tradições de organização e embate. A historiografia tem enfatizado seguidamente o peso da imigração neste processo, transformando-o em um clichê que tem ignorado quase sistematicamente – à exceção de alguns trabalhos

²⁹ Ver, por exemplo, Rosa Maria Barbosa de Araújo, Araújo, **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993 e Antonio Herculano Lopes (org), *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. RJ: Topbooks – Casa de Rui Barbosa, 2000

³⁰ A população de São Paulo era avaliada, no censo de 1872, em 31.385 pessoas. Seu crescimento progressivo se dá, entretanto, na década seguinte: 47.697 habitantes em 1886 (aumento de 52%). Em 1890, chegava a 64.934. Nesta década de 1890, o crescimento demográfico na cidade é exponencial: em 1900, chega a 239.820 habitantes (um crescimento de 268% em 10 anos); cf. Singer, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana** (1968), *apud* Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social**, cit. pp.17-8. São Paulo chegaria ainda 579.033 habitantes em 1920 e 1.326.261 em 1940, cf. J. L. Love, **São Paulo in the Brazilian Federation (1872-1930)**, 1980, *apud* M.I. B. Pinto, **Cotidiano e sobrevivência**, cit. p. 35.

importantes como referência para este projeto – o peso da presença negra na conformação de uma população de trabalhadores pobres na cidade de São Paulo ³¹.

Vimos como as concepções da escravidão como algo capaz de aniquilar o homem e sua cultura, restando apenas o vazio produzido por uma dominação inexorável, deixou marcas profundas na historiografia brasileira. Trabalhadores, “classes populares” ou simplesmente o “povo” tornaram-se agentes que pareciam emergir e tornarem-se visíveis apenas em episódios isolados, aparentemente destituídos de significado social ou político mais amplo: ele aparecia bestializado diante da República, impotente diante da exclusão política, irracional e violento diante de iniciativas disciplinadoras ou civilizatórias. A partir deste tipo de imagem longamente cristalizada em uma historiografia que se apegava às mesmas fontes e ao mesmo procedimento de leitura e interpretação, construiu-se uma oposição entre Rio de Janeiro e São Paulo durante a chamada República Velha (para não mencionar os clichês que a mídia e o senso comum reproduzem ainda hoje sobre os respectivos perfis das duas cidades). Esta oposição, no fundo, tem dado suporte a explicações relativas às próprias estratégias de articulação da classe trabalhadora durante a primeira República. Apontam-se diferenças nas formas de atuação utilizadas pelos trabalhadores na conquista de espaços políticos – bem como sua expressão no plano ideológico, identificadas tanto na caracterização do sindicalismo carioca como reformista e “amarelo”, quanto no caráter politicamente mais “radical” – e marcadamente anarquista e anarco-sindicalista – das lutas dos trabalhadores paulistas³².

Esforços recentes da historiografia brasileira têm tentado modificar este antigo viés de interpretação. José Murilo de Carvalho, por exemplo, reinterpretou a “passividade” popular diante da problemática da cidadania que se tornava central no Rio de Janeiro do

³¹ Maria Helena P. T. Machado, **O plano e o pânico**, cit.; Maria Cristina C. Wissenbach, *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In Nicolau Sevcenko (org.) **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998; Carlos José Ferreira dos Santos. **Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998; Raquel Rolnik, *Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. **Estudos Afro-asiáticos**, 17 (1989).

³² Sobre as diferenças entre o sindicalismo paulista e carioca, ver Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social**, cit. Sobre a importância do chamado “sindicalismo amarelo” no Rio de Janeiro, ver Cláudio Batalha, **Le Syndicalisme ‘Amarelo’ à Rio de Janeiro (1906-1930)**. Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I, 1986.

período da abolição e dos primórdios da República.³³ Como ele, vários historiadores - entre os quais aqueles que fazem parte deste grupo de pesquisadores - têm empreendido um esforço sistemático, embora nem sempre unívoco em seus pontos de vista, para desvendar os mecanismos e processos através dos quais este aspecto crucial das relações sociais no Brasil pode ser consolidado. Neste esforço amplo, tal fenômeno foi evidentemente analisado sob vários ângulos. Julgamos, no entanto, que no campo ainda pouco explorado entre nós de uma história cultural - ou, mais precisamente, do campo interdisciplinar de uma história social da cultura - ele pode aparecer em toda a sua riqueza. Invertendo os sinais, buscamos os múltiplos modos de encarar, reagir e avaliar práticas cotidianas, formas de lazer e de vida, símbolos, espaços de sociabilidade, valores e crenças pertencentes à experiência dos sujeitos sociais.

Isto pode significar, por exemplo, que os trabalhadores cariocas e os paulistas não agissem de forma fundamentalmente diferente e nem que os perfis de crescimento urbano possam explicar a maior ou menos “combatividade” dos trabalhadores: trata-se de investigar, no Rio e em São Paulo, a experiência de trabalhadores diferentes entre si – independentemente da maneira pela qual isto pode se expressar nos movimentos sindicais ou políticos da classe operária, e como se configuraram nos dois lugares as relações entre diferentes segmentos dos trabalhadores urbanos. Será possível refletir, no âmbito deste projeto e através do desenvolvimento de pesquisas específicas, sobre a constituição de diferenças entre as tradições de luta em São Paulo e no Rio de Janeiro, e pensar em que medida elas influenciaram não apenas as formas de organização com um sentido mais explicitamente político, mas também em outras estratégias associativas, como as de caráter recreativo, esportivo e outras, e suas relações com a questão mais geral da cidadania.

Essas diferenças entre as trajetórias dos trabalhadores em São Paulo e no Rio de Janeiro e sua relação com a historicidade das suas tradições de luta foram, durante muito tempo, tomadas como axiomas pela historiografia do movimento operário – e, em grande parte, pelos trabalhos dedicados a interpretar a história das duas principais cidades brasileiras (que tanto o senso comum como a historiografia, imaginaram como a dos europeus em oposição à dos negros, a do trabalho em oposição à do samba, a da greve em

³³ **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi** (1987), cit.

oposição à do botequim etc). O esforço deste projeto é articular como problema exatamente estes e outros clichês sobre a experiência dos trabalhadores urbanos nas duas principais cidades brasileiras – em uma perspectiva comparativa que as tome enquanto duas formações sociais relativamente específicas, com movimentos e formas próprias de articulação em um contexto comum (o fim da escravidão e a constituição de outras formas de gerir conflitos e estabelecer regras e poder).

Sem dúvida, a matriz comum que deu origem aos vários esforços de revisão historiográfica já mencionados é a história social inglesa, especialmente a obra de E. P. Thompson que, a estas alturas, dispensa maiores comentários. Basta lembrar que, para ele, as relações históricas são construídas num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades. Através de **relações** de dominação e exploração que, de modo contraditório, unem horizontalmente e separam verticalmente, homens e mulheres com suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir construíram isso que hoje chamamos de “classe operária”. Selecionar unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise destas relações constituem procedimentos capazes de produzir somente uma versão (transformada em explicação) deste processo: eis uma das lições mais importantes de sua obra. Nela, a classe operária inglesa aparece como resultado de uma complexa trajetória que tem sua origem na tradição radical e não conformista, passa por diversas formas de associações culturais, religiosas, de auxílio mútuo, desembocando em movimentos propriamente classistas nas primeiras décadas do século XIX. Os estudos reunidos na coletânea *Costumes em comum* concentram-se em diversos aspectos da experiência da plebe inglesa no século XVIII, revelando também o peso conferido, deste ponto de vista, aos processos culturais.³⁴

A influência de Thompson no Brasil, entretanto, deu-se em direções freqüentemente paralelas, ou isoladas entre si. Desde os anos 70, os estudiosos da história social no Brasil deixaram os marcos da história política e econômica (as oligarquias, os militares, as classes

³⁴ **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** (Trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

médias, a industrialização, a plena instituição do Estado burguês) bem como questionaram a identificação entre a história do movimento operário às ações ligadas à militância política. Seguindo caminhos análogos, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Mais que simplesmente estudar o modo de vida dos escravos, tratavam de abordar as relações escravistas como fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração³⁵.

Durante muito tempo, como vimos, estes dois universos historiográficos evitaram o diálogo. Apesar do alargamento temático e cronológico já assinalado, a historiografia sobre a presença operária manteve o antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um estrangeiro branco. Os negros, egressos do mundo escravista, continuaram ausentes. Apenas nas últimas décadas começam a surgir estudos que fogem aos paradigmas interpretativos dominantes, e que - em alguns casos - chegam a abordar as questões raciais ou a presença negra na análise de situações específicas. Trata-se, agora de promover um intercâmbio entre eles, abrindo novas possibilidades para a abordagem histórica da experiência dos trabalhadores. Análises cruzadas de relações raciais, étnicas e de classe permitem redimensionar as abordagens tradicionalmente empreendidas por historiadores e cientistas sociais, propõem novas questões, problematizam paradigmas explicativos e levam à investigação em novas fontes ou mesmo à releitura das já utilizadas anteriormente.³⁶ Certamente encontraremos trabalhadores escravos e imigrantes, negros e brancos de vários matizes, homens e mulheres com experiências diversas que, em situações de lazer ou trabalho, em espaços públicos ou domésticos, construíam suas vidas enfrentando uma arena social que se

³⁵ Veja-se, por exemplo, os trabalhos já citados na nota 17: entre outros, Robert W. Slenes, **The Demography and Economics of Brazilian Slavery** (1976); Peter Eisenberg, **Homens esquecidos** (1989); Maria Odila Leite da Silva Dias, **Quotidiano e poder** (1984); João José Reis, **Rebelião escrava no Brasil** (1986); Célia Maria Marinho de Azevedo, **Onda negra, medo branco** (1987) João José Reis e Eduardo Silva, **Negociação e conflito** (1989); Sílvia Hunold Lara, **Campos da violência** (1988); Sidney Chalhoub, **Visões da Liberdade** (1990).

³⁶ É interessante observar que a renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil esteve diretamente associada à utilização de fontes cartoriais e judiciais. Apenas mais recentemente, documentos desta natureza também vêm sendo utilizados em pesquisas sobre a experiência operária no Brasil, com resultados bastante positivos.

transformava cada vez mais rapidamente e na qual as “regras” eram diferentes daquelas em que haviam aprendido a mover-se³⁷.

Realizando um trabalho de reflexão que inverte o ponto de vista dos chamados “intérpretes do Brasil” (intelectuais, literatos e folcloristas que desde o início do século XIX pretenderam construir e dar consistência à nação brasileira), pretendemos concorrer para a revisão de velhos paradigmas que continuam a governar a historiografia brasileira. No lugar da Nação demiúrgica, perguntamos por sujeitos, diversidades e múltiplas possibilidades e não um único devir histórico. Com isto pensamos poder desafiar a tendência redutora de trabalhar com concepções e descrições holísticas na construção de uma análise cultural totalizante e de um discurso de autoridade sobre “o outro”, absorvendo algumas lições da antropologia contemporânea. Este o grande desafio metodológico e teórico que pretendemos, coletivamente, enfrentar.

5. Estratégias e procedimentos: Santana e Bexiga

Para avançar na discussão é preciso enraizar a análise em um esforço empírico que possa colocar como problema o que parece ser, de saída, a mera constatação de um estado de coisas, definindo estratégias de pesquisa que sejam capazes de identificar as diferenças entre trabalhadores sem associá-los a estereótipos como aqueles que tem colocado em oposição Rio e S. Paulo, negros e brancos, escravos e livres, operários e trabalhadores informais e assim por diante. Importa destacar que uma forte preocupação com a pesquisa

³⁷ A respeito de algumas greves rurais ocorridas ao longo da segunda metade do XIX, vide Verena Stolcke e Michael Hall. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*, **Revista Brasileira de História**, 6 (1983): 80-120. Com relação a movimentos urbanos, o artigo de João J. Reis *A greve negra de 1857 na Bahia*, cit., e o trabalho de Artur J. R. Vitorino. **Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912** (Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995) oferecem bons exemplos de experiências acumuladas e compartilhadas entre escravos, libertos e livres. A respeito deste último tópico veja-se também Cláudio H. M. Batalha, *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária* e Artur J. R. Vitorino, *Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro*, ambos publicados em **Cadernos AEL**, 6:10/11 (1999).

tem sido constante entre os diversos pesquisadores do grupo. Diretamente ligada à renovação dos estudos sobre a história social dos trabalhadores no Brasil pode-se observar uma nova relação dos historiadores com suas fontes, seja através da proposição de novas questões a documentos mais comumente abordados, sejam investigando séries documentais que ainda não haviam sido utilizadas, especialmente junto a acervos judiciais e cartoriais. Assim, por exemplo, se há alguns anos era praticamente consensual a afirmação da impossibilidade de resgatar a experiência dos egressos da escravidão, pesquisas recentes têm justamente demonstrado o contrário. Rastreando fontes diversas já é possível, hoje em dia, acompanhar por algumas décadas as histórias de vida de alguns libertos e verificar o quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, laços familiares e de linhagens, entre outros) bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativo, foram revividas e preservadas na liberdade.

É em torno deste objetivo e com procedimentos análogos que se estabelecem os caminhos de investigação que apresentaremos em seguida. Para além dos desdobramentos acarretados pelo fato de que a história social da maior parte dos trabalhadores no Brasil está ligada às dimensões da diáspora africana, há que se atentar para a importância de outros contingentes populacionais e para dinâmicas sociais ocorridas principalmente ao longo dos séculos XIX e XX. Trata-se de incorporar à análise as experiências dos homens livres, tanto aqueles chamados “nacionais” ao longo do século XIX, quanto dos imigrantes de diversas nações, a partir das últimas décadas deste século. Os diversos fluxos migratórios (internos e externos) propiciaram o encontro de pessoas de diferentes tradições culturais, cujas experiências de trabalho, de lutas e acomodações haviam se realizado em arenas sociais diversas. Enfatizando as diferenças e dissensos, mas também procurando alianças e laços de solidariedade entre nacionais e estrangeiros, trabalhadores originários do campo e da cidade ou de diferentes regiões do país, pretende-se investigar o processo contraditório através do qual o mundo dos trabalhadores foi se constituindo. Mais que tomar apenas os laços criados pelas relações de trabalho, entretanto, pretende-se estudar a constituição de outros espaços de sociabilidade e de práticas identitárias, capazes de promover a formação de agrupamentos no interior da classe. Neste sentido, a análise dos eventos que foram tomados desde o século XIX como ocasiões de construção ou adensamento de identidades nacionais,

regionais e grupais (como as festas ou o universo das tradições populares) são situações privilegiadas para o estudo, ao mesmo tempo em que permitem redimensionar conceitos vagos e generalizantes como “cultura popular” e “cultura operária”. Em outras palavras, o universo da cultura deve ser privilegiado pela história social para a investigação do problema da multiplicidade das relações entre os trabalhadores.

No caso desta proposta coletiva de trabalho, a estratégia a ser adotada reside basicamente na idéia de concentrar a pesquisa e os esforços interpretativos de toda a equipe principalmente em freguesias determinadas das duas cidades dentro do período abrangido pelo projeto. A escolha destas freguesias foi pautada na busca de espaços bem definidos nos quais se possa observar a convivência entre segmentos raciais e étnicos de trabalhadores de diferentes setores e uma concentração de espaços festivos e religiosos. De certa forma, trata-se de delimitar ou mesmo mapear estes espaços, efetuar um reconhecimento em uma escala capaz de aproximar-se dos modos de vida dos habitantes, das ações mais cotidianas, para perceber as formas de articulação, convivência e solidariedade ou expressão e solução de conflitos. Em outras palavras, buscar as múltiplas identidades que perpassam aquilo que costumamos nomear como a classe trabalhadora, estudada em sua experiência nas duas principais cidades do país, tomadas de forma estereotipada como ambientes opostos em seus significados e práticas.

Pensa-se em utilizar um conjunto relativamente amplo de fontes para viabilizar esta estratégia de investigação. Em primeiro lugar, um uso intensivo da documentação policial (ocorrências e autorizações para festas e diversões públicas, como para o funcionamento de associações culturais e recreativas ou esportivas no bairro); mas também processos judiciais, imprensa – noticiário e crônica, fundos das prefeituras e intendências relativos ao funcionamento dos bairros, comércio ambulante e outras atividades do trabalho informal, censos, memorialistas, viajantes e literatos que produziram descrições da cidade e em especial das freguesias destacadas. Neste conjunto, a iconografia destaca-se também como uma ferramenta importante a ser utilizada.

As freguesias urbanas escolhidas pra esta primeira etapa de trabalho, ainda que o projeto possa ser posteriormente ampliado para outras partes das cidades do Rio e São Paulo, são Santana (Cidade Nova, zona portuária e imediações), no Rio, e Bexiga (Bela

Vista), em São Paulo. Nossa primeira estratégia consiste na investigação de espaços de vivência e moradia. Para tornar menos genérico este recorte, escolhemos voltar nossas análises para territórios delimitados nas cidades – bairros e regiões urbanas específicas – explorando-os a partir da documentação produzida pela polícia a respeito desses espaços e seus habitantes.

A interrogação sobre a experiência dos trabalhadores nas cidades não é casual. Durante muito tempo, a história das cidades no Brasil foi considerada quase exclusivamente a partir do ponto de vista das elites e de seus projetos de intervenção: urbanização, “higienização” e policiamento. O papel dos grupos sociais politicamente subalternos nesse processo não foi devidamente enfatizado. Assim, uma das premissas fundamentais deste projeto é que a cidade não pode ser considerada apenas como consequência das iniciativas das elites e do governo, mas é o resultado de um embate constante entre ações políticas contraditórias. Não é por acaso que grande parte dos projetos “disciplinadores” baseou-se na tentativa de criar mecanismos de controle sobre o espaço urbano: as cidades foram muito mais do que um palco inerte – foram campos de batalha onde territórios eram disputados palmo a palmo com a população pobre em seus confrontos com os agentes da ordem, pelos trabalhadores em luta pela apropriação prática e simbólica – e, portanto, política e cultural – dos espaços urbanos.

Acreditamos que a redução da escala de análise, partindo da interrogação sobre espaços sociais mais restritos – como bairros e regiões delimitadas povoados por variados segmentos da população trabalhadora – pode conferir densidade aos sentidos da experiência dos homens e mulheres as habitavam, ao permitir a reconstituição de redes sociais, percursos de indivíduos, famílias e grupos no tecido urbano, promovendo um levantamento amplo e diversificado das práticas sociais, das identidades e das formas de coesão entre os trabalhadores³⁸. Trata-se, portanto, de pensar sujeitos sociais nas cidades a partir da sua apropriação dos espaços urbanos, enfatizando a variedade de relações que se estabelecem entre indivíduos e grupos em um território compartilhado que se apresenta, ao mesmo tempo, como lugar de conflitos, palco das diferenças, e que é, ele próprio, um recurso a ser

³⁸ Cf. Maurizio Gribaudi, *Les discontinuité du social. Un modèle configurationnel*. In B. Lepetit (org.) **Les formes de l’expérience**, cit. p. 187.

mobilizado na vida social. Espaços de sociabilidade, é claro, mas também espaços de conflito, e, de certo modo, **objeto** de lutas e disputas: as ruas e praças, os espaços públicos, mas também as casas – muitas vezes lugar de coabitação, como nos cortiços e pensões –, objeto de especulação e exploração de privados, alvos também da polícia, das inspeções sanitárias e intervenções urbanas das autoridades.

No caso do Rio de Janeiro, escolhemos centrar nossas análises na freguesia de Santana. Ela impõe-se como o território próprio para essa investigação. Constituindo-se, em um recorte amplo, como o espaço entre o Campo de Santana (Praça da República) e o mar, compreende a maior parte da área portuária, os bairros da Saúde, Gamboa e Cidade Nova, os Morros do Livramento e da Providência. Uma região que recebeu parte da população trabalhadora e pobre durante grande parte do período estudado. É a “cidade negra” onde conviviam escravos vivendo “sobre si”, fugitivos, libertos e africanos livres na segunda metade do século XIX. É também um lugar que acolheu uma grande diversidade de trabalhadores imigrantes, fossem eles portugueses ou judeus da Europa Oriental³⁹ e outras nacionalidades.

Foi também ali, nos bairros da Saúde e da Gamboa, que se instalou grande parte da “diáspora baiana”, fruto da migração interna intensificada a partir da década de 1870. Santana é espaço – como, de resto, todo lugar da cidade – de igrejas, terreiros, templos, clubes esportivos, de sociedades dançantes e carnavalescas, de casas de jogo. Foi também lugar dos cortiços, como o famoso “Cabeça de Porco”, vítima da fúria higienista republicana do final do século XIX⁴⁰. Acolhendo por um lado parte daqueles expulsos do centro da cidade pelas várias reformas urbanas, Santana viu também o nascimento das primeiras favelas cariocas, como o Morro da Providência, ou o próprio Morro da Favela. Não por acaso, foi o palco principal da Revolta da Vacina, em 1904. Santana se configura, portanto, como um recorte extremamente adequado – além de rico em suas possibilidades – para os objetivos do projeto. Vale lembrar, não se trata aqui de efetuar coletivamente uma

³⁹ Um exemplo dessa diversidade étnica nesta área da cidade está no livro de Malamud, Samuel – **Recordando a Praça XI**, Rio de Janeiro: Kosmos, 1998 –, que fala sobre a presença maciça dos imigrantes judeus.

⁴⁰ Sobre o “Cabeça de Porco” ver: Lilian Fessler Vaz, *Notas sobre o Cabeça de Porco*, **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, vol. 1, nº 2, jan-dez.1986, pp. 29-35; Lilian Fessler Vaz. **Contribuição ao estudo da**

pesquisa sobre a freguesia, mas de localizar nelas um conjunto de investigações específicas (sobre práticas religiosas, sobre o samba e os sambistas, sobre a vida dos cortiços, as práticas associativas e assim por diante) que iluminem, em escala ainda mais reduzida, aspectos da experiência dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro.

A ocupação urbana em São Paulo, por sua vez, seguiu caminhos próprios. Diferente do Rio de Janeiro, onde um adensamento como Santana se constituiu lentamente, mas de modo duradouro, através de grande parte do século XIX e as primeiras décadas do seguinte, permitindo aos seus habitantes tomarem conta do território de muitas maneiras, São Paulo sofreu um processo de urbanização rápida e cambiante, onde a mobilidade das pessoas e suas moradias era constante. A princípio, as transformações do tecido urbano da cidade nas últimas décadas do século XIX, pressionadas pelo crescimento demográfico intenso, dificultaram a construção de comunidades tão homogêneas como Santana; no entanto, estabelecidas em zonas delimitadas da cidade, como o bairro do Bexiga, as populações de ex-escravos e seus descendentes, cuja densidade numérica era pequena, conseguiram manter sociabilidades, laços culturais e identitários centrados em parentescos, manifestações religiosas e festivas marcadas pela tradições afro-brasileiras. Com os imigrantes, que passaram a ser os novos habitantes da região da Bela Vista, mantiveram uma convivência por vezes amistosa e por outras vincada por conflitos e preconceitos, mas que em seu conjunto delinearam a “fisionomia mesclada de bairros como Barra Funda e Bexiga”⁴¹.

Em São Paulo, a expansão da cidade acompanhou a implantação das ferrovias. Cortando as áreas planas, vizinhas dos rios, as linhas das estradas de ferro (Inglesa, Sorocabana, São Paulo-Rio) implantavam-se em áreas também próprias à instalação das fábricas e vilas operárias: terras baratas por serem, muitas vezes, sujeitas às inundações do Tamandateí e do Tietê⁴². Assim, é ao longo das vias férreas e de suas estações de parada que se constituem as áreas de habitação operária: as regiões próximas ao centro – Brás, Luz

produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio antigo.
Dissertação de Mestrado, PUR/UF RJ, 1985.

⁴¹ Id. Ibid.

⁴² Cf. Raquel Rolnik, **Cada um no seu lugar! (São Paulo: início da industrialização: geografia do poder)**.
Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1981, p. 25; ver também José de Souza Martins,

e Bom Retiro – direcionam a expansão da cidade. São os núcleos urbanos que se constroem para além da Várzea do Carmo, área alagada que serve como linha de divisão urbana por grande parte do período estudado. Seguindo a mesma lógica de expansão, outros bairros operários se constroem nas paradas mais distantes dos trens: Ipiranga, Vila Prudente, Vila Mariana, Água Branca, Lapa, Mooca e Belenzinho são alguns exemplos.

Lado a lado se constroem as pequenas casas geminadas das vilas habitadas pelos operários, cuja monotonia das fachadas era eventualmente quebrada pelas “pesadas e características” fachadas das fábricas⁴³. Por outro lado, esses bairros operários têm também seus salões dançantes, seus clubes recreativos e esportivos, suas associações políticas nas primeiras décadas do século XX, onde conviviam imigrantes italianos, espanhóis, poloneses, lado a lado com os afro-descendentes que, em outras situações, competiam pelos mesmos postos de trabalho.

Além dos bairros operários, há pelo menos uma área da cidade onde a presença dos trabalhadores informais é uma constante em todo o período considerado: o Bexiga. Constituindo até o período final da escravidão, um dos espaços negros da cidade antes da Abolição, durante a imigração, passou a receber parte dos contingentes da “Baixa Itália” (italianos meridionais), tornando-se espaço de convívio de trabalhadores não diretamente integrados no sistema fabril. Como lembra Raquel Rolnik, “o Bexiga avizinhou os ‘por conta própria’: os tripeiros, peixeiros, carroceiros, biscateiros, cantores, músicos, vagabundos de Nápoles, Sicília, Calábria e Bari, conviveram com as lavadeiras, prostitutas e domésticas, carregadores, lixeiros, ‘marginais’ negros e mulatos”⁴⁴.

Assim, delineia-se para São Paulo um outro recorte espacial: tomando o Bexiga – cuja singularidade está ligada à experiência dos trabalhadores autônomos, envolvidos com os serviços, a indústria residual e as atividades urbanas não industriais – podemos estabelecer uma investigação comparativa com os bairros mais propriamente “operários” da cidade, como o Brás e o Bom Retiro. Partindo da interrogação sobre a pertinência dessas

Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992

⁴³ Cf. Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social**, cit. p. 19.

⁴⁴ Cf. Raquel Rolnik, **Cada um no seu lugar!**, cit. p. 26. Sobre moradias multifamiliares características do viver urbano desta época nos bairros populares de São Paulo, vide Nabil Bonduki, **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade / Fapesp, 1998.

distinções para a compreensão das estratégias de sobrevivência, organização e luta dos trabalhadores na cidade, colocaremos como elemento central de nossa investigação a reconstrução dos sentidos da sociabilidade nesses bairros

Do mesmo modo, a unidade desse empreendimento configura-se na forma de explorar esses espaços através do tempo – adensando a pesquisa sobre a documentação produzida pela polícia a respeito do cotidiano dos trabalhadores: partindo da correspondência entre as diversas autoridades policiais e o governo, podemos estender a investigação sobre os registros das delegacias e das prisões, reconstruindo percursos individuais e de grupo, redes de sociabilidade e solidariedade, bem como resgatando o dia-a-dia da interação entre os agentes policiais e a população pobre da cidade. Essa é uma estratégia que, colocada aqui como definidora de um procedimento inicial de investigação, pode ajudar a construir um outro olhar sobre as transformações sociais e urbanas vividas na cidade e como elas conformaram as experiências e estratégias de sobrevivência dos trabalhadores.

Reitere-se, entretanto, que a investigação não estará circunscrita à documentação policial produzida pelas delegacias de bairro. Estas séries, já localizadas e organizadas para a cidade do Rio de Janeiro e ainda difusa no caso de São Paulo, constitui um dos núcleos centrais da pesquisa que deve ser complementada e cruzada com outras fontes. Séries policiais relativas à autorização de funcionamento de clubes recreativos e todas as formas associativas de trabalhadores, por exemplo, interessam diretamente aos objetivos do projeto. Da mesma forma, a crônica jornalística e um uso mais intensivo da imprensa com seus registros sobre a vida cotidiana constituirão fontes imprescindíveis, ao lado da releitura de memorialistas e literatos, viajantes, relatórios de governo e estatísticas oficiais, ao lado de outras séries documentais arroladas mais adiante.

6. Atribuições de cada pesquisador no projeto

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA assumirá a condição de Coordenadora do projeto, responsabilizando-se pela sua condução e acompanhamento. Enquanto Coordenadora, será responsável pela elaboração de um instrumento de pesquisa que terá como finalidade fornecer um “mapeamento cultural” dos bairros pesquisados, a partir do esforço e resultados obtidos por toda a equipe de pesquisadores. Este conjunto de referências deve incluir toda forma coletiva de manifestação cultural ou experiência cotidiana – como clubes de dança, espaços de religiosidade e práticas de culto ou magia, grupos carnavalescos, times de futebol e outras práticas esportivas, associações profissionais – sindicais ou não, sociedades ou grupos musicais e literários, teatrais, habitações coletivas, práticas de lazer e assim por diante, localizados em Santana ou no Bexiga. Este conjunto de referências, devidamente sistematizado, significará um meio valioso de conhecimento e reflexão sobre as questões abordadas no projeto. Poderá dar margem, para outros pesquisadores, a uma ampla gama de estudos em torno dos temas abrangidos no projeto.

Além destas tarefas, dedicar-se-á ao desenvolvimento de uma pesquisa individual, já iniciada, em torno dos espaços e práticas do samba na região de Santana. Os sambistas desta parte do Rio de Janeiro – que um deles apelidou de “Pequena África” – foram extremamente importantes para configurar uma forma musical fortemente identificada ao Rio de Janeiro e, posteriormente, ao país. Nomes como Pixinguinha, Donga, João da Bahiana, Heitor dos Prazeres e outros nasceram e cresceram nesta região. A maior parte deles era ligada aos candomblés da Cidade Nova e da área do cais do porto, alguns a antigas maltas de capoeira, todos a ranchos carnavalescos (há mais de setenta deles já identificados para a região e o período abrangido pelo projeto) e a clubes dançantes da região. A maior parte trabalhou no porto, como estivador; habitou cortiços e frequentou casas de prostituição do bairro. A análise de sua experiência de vida, buscada em um amplo conjunto de fontes que inclui os registros policiais, processos crime, imprensa, memórias e literatura permite, desta forma, tecer os principais fios que dão sentido a este projeto.

SIDNEY CHALHOUB pretende retomar o estudo dos processos criminais, afinando a análise para a parte da cidade em estudo neste projeto. Assim configura-se o núcleo básico da documentação a ser investigada: os autos referentes às oitava e nona pretorias da cidade do Rio de Janeiro (Freguesia de Santana), entre aproximadamente 1890 e 1920. Entre estes, a análise incidirá principalmente naqueles que apresentem "anexos fotográficos", segundo o instrumento de busca disponível no Arquivo Nacional. A modernização do aparelho policial agregou, neste período, às técnicas de prova, originais fotográficos das "cenas do crime" onde, ao lado do corpo da vítima, se pode observar todo um conjunto de elementos relativos ao cotidiano dos trabalhadores pobres.

Foram localizados até agora cerca de 300 processos com anexos fotográficos e outros laudos técnicos, cobrindo uma grande variedade de crimes previstos no código criminal de 1890. O objetivo é pesquisar aspectos da cultura material e das condições gerais de vida da classe trabalhadora, pois sondagens iniciais revelaram a existência de fotos de interiores de cortiços, casas de cômodo, pontos de jogos proibidos, botequins etc. Além disso, pretende-se investigar a própria constituição de uma polícia mais técnica, especializada, no início do século XX, a voltar os seus esforços para um melhor esquadramento da classe trabalhadora --ou das "classes perigosas", segundo a terminologia utilizada à época.

CLAUDIO BATALHA pretende realizar um estudo dos clubes e sociedades de trabalhadores em Santana e no Bexiga através da imprensa e de fontes de arquivo, com ênfase na documentação policial. Por trabalhadores emprega-se aqui a definição extremamente ampla usualmente utilizada pelo movimento operário na virada do século, que ia do trabalhador fabril ao empregado no setor de serviços, incluindo tanto assalariados como trabalhadores autônomos. Por outro lado, as organizações abordadas nesse estudo são de diversos tipos: mutualistas, sindicais, políticas, culturais, esportivas e dançantes. O estudo desse conjunto heterogêneo de associações possibilitará compreender o caráter diversificado e heterogêneo assumido pela cultura dos trabalhadores, mas também as relações entre as suas diversas manifestações. A provável circulação de indivíduos por

diversas organizações e participação simultânea em sociedades de diferentes tipos, sugerida em muitas fontes, permite repensar a oposição binária entre as sociedades de cunho classista e outras voltadas para o lazer.

Para facilitar o trabalho de pesquisa a fórmula encontrada será a inserção dos dados por associação em uma base de dados, que permitirá através dos instrumentos de busca típicos desses programas, por exemplo, o mapeamento da participação de determinados indivíduos nas diferentes organizações. Em outras palavras, o primeiro resultado dessa pesquisa será a constituição de uma base de dados específica sobre os clubes e sociedades de trabalhadores nos bairros do Bexiga e de Santana.

MARIA CRISTINA WISSENBACH pretende pesquisar a história do bairro do Bexiga por meio de um mapeamento de seus moradores e respectivos modos de vida ao longo do período compreendido entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX (1870-1930). Contemplando uma documentação variada — correspondência das autoridades policiais, inventários e ações relativas às propriedades imobiliárias da região, relatórios oficiais, plantas e mapas — pretende documentar a formação e a manutenção de espaços de uma sociabilidade afro-brasileira nas sucessivas ocupações que o bairro conheceu em sua história até as primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, a proposta é a de entender as razões que transformaram o Bexiga num ponto de referencia aos grupos negros, mesmo diante dos intensos processos de transformação que a cidade viveu neste período: da explosão demográfica e da chegada de novos moradores que transformaram-no também num bairro italiano; da permanência desse referencial mesmo diante dos grandes projetos urbanísticos que foram sendo realizados ao seu redor — entre outros, a remodelação do centro e o plano das grandes avenidas, a ocupação do espigão da Paulista, como área nobre por excelência da cidade. Seguindo diretrizes do projeto temático e concentrando-se na reconstituição das trajetórias de vida e das formas de organização dos moradores negros do Bexiga, a pesquisa procurará identificar núcleos associativos de caráter cultural e religioso, tais como cordões carnavalescos, escolas de samba, bandos de sambistas/devotos das festas de Bom Jesus de Pirapora, sobretudo através da documentação policial, em seus requerimentos e

notificações. Vale lembrar que, conforme tem sido apontado por pesquisas recentes, tais associações encontravam-se no geral organizadas em torno de famílias e parentelas.

Nas atividades previstas pelo projeto temático, além de assessorar a realização de grupos de discussão sobre questões relacionadas ao trato das fontes (sobretudo das fontes cartoriais e da documentação policial), propõe-se a acompanhar de maneira mais sistemática o trabalho de identificação, arrolamento e pesquisa de conjuntos documentais relativos à história do bairro, bem como à de outras regiões da cidade com características similares, tarefa esta viabilizada principalmente pelo recurso a bolsistas de iniciação à pesquisa junto aos acervos localizados nos diversos arquivos de São Paulo — e de outros projetos vinculados às temáticas da história de São Paulo. Por outro lado, a oferta de cursos de graduação ou pós-graduação em torno de temáticas relativas ao projeto constitui outra das atividades cujo objetivo será adensar o interesse e a formação de novos pesquisadores na área. O detalhamento das atividades poderá ser encontrado no projeto de pós-doutoramento apresentado simultaneamente à Fapesp.

GABRIELA DOS REIS SAMPAIO vai analisar as práticas religiosas destes sujeitos históricos, buscando a confluência de diferentes tradições culturais na formação das religiosidades afro-brasileiras – em especial crenças da África Central e Ocidental bem como formas do catolicismo popular. Partindo do estudo da região de Santana, cuja pesquisa foi iniciada em sua tese de doutorado sobre o legendário feiticeiro Juca Rosa, utilizando uma vasta documentação policial, jornais, literatura do período, memorialistas, entre outras fontes, pretende agora investigar a chamada diáspora baiana intensificada após o final do tráfico em 1850, e as relações estabelecidas entre Rio de Janeiro e Bahia em relação à religiosidade. Tomando a religião como lugar privilegiado de sociabilidade entre os sujeitos em discussão no projeto, busca entender o universo cultural e as relações sociais estabelecidas no período. Em um segundo momento, a investigação a ser empreendida deslocar-se-á para São Paulo, buscando nexos semelhantes no Bexiga, podendo estabelecer comparações que aprofundem o entendimento das especificidades de cada região em estudo.

Além deste trabalho individual, a pesquisadora também desenvolverá atividades de orientação de bolsistas de Iniciação Científica envolvidos no projeto, acompanhará o processo de coleta e sistematização de informações e oferecerá cursos de graduação em torno de temáticas de interesse do projeto, de modo a ampliar seu alcance e motivar o interesse em novos pesquisadores.

Um detalhamento de sua participação individual no projeto temático poderá ser analisado no projeto de pós-doutorado apresentado simultaneamente à Fapesp.

7. Infra-estrutura disponível e contrapartidas oferecidas pela equipe

O projeto será liderado por professores da UNICAMP vinculados ao CECULT, que conta com um espaço próprio nas dependências do IFCH, com equipamentos de informática, além de duas leitoras de microfimes e uma página na *Internet* (www.unicamp.br/cecult) que constitui um importante veículo de divulgação dos resultados produzidos pelas pesquisas individuais ou coletivas. Através do PRONEX, vem adquirindo um volume significativo de fontes microfilmadas - sobretudo, até este momento, periódicos da grande imprensa desde as primeiras décadas do século XIX até as primeiras do XX, revistas ilustradas e humorísticas, títulos da imprensa operária, antes inexistentes no Estado de São Paulo, além de séries da documentação dos distritos policiais do Rio de Janeiro que precisam ser completadas.

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), pertencente ao IFCH-UNICAMP, é seguramente o mais importante do país no que diz respeito à história do movimento operário, e tem nas últimas décadas multiplicado seu acervo em outras direções, acompanhando a gama de interesses dos pesquisadores do Instituto⁴⁵. Outro importante acervo para os temas tratados pelo projeto encontra-se no Centro de Memória da UNICAMP, que mantém um grande volume de documentos cartoriais, principalmente sobre a região de Campinas. Quanto aos livros, vários títulos de interesse para os

⁴⁵ Os microfimes adquiridos pelo CECULT encontram-se depositados no AEL.

pesquisadores foram adquiridos e se encontram na Biblioteca do IFCH-UNICAMP, notável por sua atualização e rica coleção de periódicos nacionais e estrangeiros. Trata-se de um excelente local de pesquisa, mantendo cerca de 70.000 títulos disponíveis à consulta e uma variedade bastante grande de fontes primárias. Deve-se ainda chamar a atenção para o acervo - particularmente a coleção de obras raras - da Biblioteca Central da UNICAMP, que possui um volume notável de obras de viajantes, além de outras coleções de grande interesse para o projeto, em condições excepcionalmente boas de conservação e consulta.

8. Sobre as fontes

Considerando essencial para os propósitos e estratégias do projeto o trabalho com séries de registros policiais, trabalharemos nos arquivos do Rio de Janeiro e de São Paulo com uma vasta documentação, locada tanto no Arquivo Nacional quanto no Arquivo do Estado de São Paulo.

No Rio de Janeiro, a documentação policial se encontra localizada em diferentes arquivos e junto a vários fundos. O GIFÍ (Grupo de Identificação de Fundos Internos, do Arquivo Nacional), por exemplo, abrange um volume incalculável de documentos ainda não separados ou analisados, incluindo as fontes policiais: desde correspondência entre autoridades até requerimentos diversos ou estatutos de clubes e sociedades. O trabalho pressupõe uma fase inicial de levantamento e seleção – ainda que seja possível recorrer a arrolamentos realizados anteriormente por pesquisadores ligados ao Cecult. Além deste material, pretende-se utilizar os livros de ocorrência das delegacias policiais, provenientes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo da Polícia Civil, já localizados e parcialmente microfilmados pelo Cecult. Trata-se de registros valiosos para documentar dimensões do cotidiano dos bairros selecionados, tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, no que diz respeito às primeiras décadas do século XX. Por outro lado, a documentação judiciária, sobretudo processos criminais, ao lado de uma documentação mais burocrática entre as várias instâncias do poder judiciário, bem como relatórios de

chefes de polícia, constituem também fontes de intenso interesse para os objetivos do projeto, e devem ser abordados após uma primeira seleção para a qual a própria documentação policial constitui indicação segura.

Em São Paulo, grande parte das fontes policiais referente ao período encontra-se localizada no Arquivo do Estado, envolvendo manuscritos avulsos, organizados em latas, e encadernados. Documentação não catalogada, em número vastíssimo, é formada principalmente pela correspondência enviada por várias autoridades e agentes ao chefe de polícia da província e depois do estado, compreendendo também termos de compromissos, relatórios diários, notificações, requerimentos diversos e processos policiais. Já os encadernados da Polícia e da Justiça envolvem livros de registros sobre a movimentação das cadeias e das delegacias, rol dos culpados, estatísticas de delitos e crimes, entre outros.

Outro conjunto de fontes importante para a investigação será aquele relativo aos autos das varas cíveis, em sua variada gama de registros e processos, entre os quais serão privilegiados os que esclareçam aspectos da vida, da organização social e do cotidiano dos trabalhadores em estudo. No caso do Rio de Janeiro, documentação esta localizada, sobretudo, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional; em São Paulo, dispersos entre os acervos do Arquivo do Estado, do Arquivo do Poder Judiciário e os cartórios mais antigos da cidade.

Com relação à documentação impressa, e considerando o período histórico marcado por uma intensa política de intervenção junto aos grupos de trabalhadores das cidades, será de fato imprescindível o recurso aos relatórios de autoridades policiais, sanitárias, bem como de engenheiros responsáveis pela remodelação e reformas urbanas. Finalmente a imprensa, lembrando que boa parte dela, para o Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX e primeiras do XX, e para São Paulo, especialmente a imprensa operária do mesmo período, já se encontra microfilmada (em parte pelo CECULT) e à disposição dos pesquisadores no AEL. Vale lembrar que a leitura dos jornais deverá ser, quando necessário, complementada pelo recurso às crônicas, aos romances e às memórias de uma produção literária extremamente efervescente no período.

9. Acervos a serem pesquisados

Rio de Janeiro

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
Arquivo da Secretaria da Polícia Civil do Rio de Janeiro
Arquivo do Estado do Rio de Janeiro
Arquivo do Tribunal do Júri
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Arquivo Nacional
Biblioteca Nacional
Real Gabinete Português de Leitura

São Paulo

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
Arquivo do Estado de São Paulo
Arquivo do Poder Judiciário de São Paulo / Arquivo Ipiranga
Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Cartórios de Registro de Imóveis e de Notas de São Paulo (vários)
Centro Técnico de Preservação da Memória do Museu da Saúde Pública Emilio Ribas
Departamento de Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo /
Arquivo de Fotografias Divisão de Iconografia e Museus
Estudos Brasileiros / USP
IEB — Instituto de Arquivo Municipal Washington Luís
MIS / SP — Museu da Imagem e do Som
Museu Paulista / USP

Campinas

Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH / Unicamp)

Biblioteca Central Unicamp / Coleção Sergio Buarque de Hollanda

Cecult — Centro de Pesquisa em História Social da Cultura / IFCH / Unicamp

10. Bibliografia

- Abreu, Martha. **O Império do Divino**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Alencastro, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Alencastro, Luiz Felipe de. *Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*, **Novos Estudos CEBRAP**, julho de 1988, pp. 30-56.
- Algranti, Leila Mezan, **O feitor ausente – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis: Vozes, 1986
- Alves, Paulo. **A verdade da repressão. Práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)**. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 1990.
- Andrews, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.
- Antunes, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. (dissertação de mestrado), São Paulo: USP, 1992.
- Araújo, José Renato de Campos. **Imigração e futebol. O caso do Palestra Itália**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 2000.
- Araújo, Rosa Maria Barbosa de, **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- Azevedo, Célia M. Marinho de. **Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites no século XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- Azevedo, Elciene. **Orfeu de carapinha. A trajetória de Luís Gama na Imperial cidade de São Paulo**. Campinas: CECULT/Editora da UNICAMP, 1999.
- Barth, Fredrik. **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- Batalha, Cláudio H. M. **Le Syndicalisme ‘Amarelo’ à Rio de Janeiro (1906-1930)**. Thèse de Doctorat de l’Université de Paris I, 1986 (mimeo).
- Batalha, Cláudio H. M. **O movimento operário na primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Batalha, Cláudio, *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. In Marcos César de Freitas (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. Bragança Paulista / São Paulo: Universidade São Francisco / Contexto, 1998.

- Bonduki, Nabil, **Origens da habitação social no Brasil**. S. Paulo: Estação Liberdade-Fapesp, 1998.
- Brandão, Berenice C. **A polícia e a força policial no Rio de Janeiro**. Série Estudos nº 4, Rio de Janeiro: PUC, 1981.
- Bretas, Marcos L. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente*. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, 32, 1991, pp. 49-61.
- Bretas, Marcos L. **A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- Bretas, Marcos L. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Bretas, Marcos. *A polícia carioca no Império*. **Estudos históricos**, nº 22, 1998, pp. 219-234.
- Carvalho, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Carvalho, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Castro, Hebe Maria Mattos de, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravistas - Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Chalhoub, Sidney & Pereira, Leonardo A. de M. (orgs). **A História contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Chalhoub, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Chalhoub, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Chalhoub, Sidney; Ribeiro, Gladys & Esteves, Martha. *Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, "galegos" e mulheres pobres*. **Revista Brasileira de História**, nos. 8-9 (Cultura & Cidades), Setembro de 1984/Abril de 1985, pp. 85-116.
- Chauí, Marilena & Franco, Maria Sílvia C. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- Chauí, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso dominante e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.
- Conrad, Robert E. **As últimas décadas da escravatura no Brasil (1850-1888)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Cooper, Frederick; Holt, Thomas C. & Scott, Rebecca J. **Beyond slavery. Explorations of race, labor and citizenship in postemancipation societies**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2000.
- Costa, Emilia Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- Crimes em São Paulo. Catálogo de fundos dos Juízos da Capital existentes no Arquivo do Estado de São Paulo (1821-1899)**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998.

- Cruz, Maria Cecília Velasco e, **Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1998.
- Cunha, Maria Clementina P.. **O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (1986).
- Cunha, Maria Clementina P.. **Cidadelas da Ordem. A doença mental na República**. S.Paulo, Brasiliense, 1990.
- Cunha, Maria Clementina P.. **Ecoss da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. S. Paulo, Cia das Letras, 2001.
- Cunha, Maria Clementina P., (org), **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas, Editora da Unicamp – Cecult, 2001 (mimeo, no prelo)
- Decca, Maria Auxiliadora G. **A vida fora das fábricas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Eisenberg, Peter L. **Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: EDUNICAMP, 1989.
- Esteves, Martha de Abreu. **Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Fausto, Boris. **Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Fausto, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: DIFEL, 4ª edição, 1986.
- Fitzgerald, Mike; McLennan, Gregor & Pawson, Jennie. **Crime and Society. Readings in History and Theory**. London & Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981
- Foner, Eric. **Nada além da liberdade. A emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Gebara, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Gitahy, Maria Lúcia Caira, **Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Ed. UNESP/ Prefeitura Municipal de Santos, 1993
- Gomes, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- Gomes, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Gomes, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 1997.
- Graham, Sandra L. **O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880**, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10 (n. 20), março-agosto 1991, pp. 211-232.
- Graham, Sandra L. **Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Grinberg, Keila. **Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Hall, Michael & Stolcke, Verena. **A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo**, **Revista Brasileira de História**, 6, 1983, pp. 80-120.

- Hall, Michael M. & Pinheiro, Paulo Sérgio. “The control and policing of the working class in Brazil”. São Paulo: mimeo, 1983.
- Hay, D., Linebaugh, P. & Thompson, E. P. (org.). **Albion’s Fatal Tree. Crime and Society in 18th Century England**. New York: Pantheon Books, 1978.
- Holloway, Thomas H. **Policing Rio de Janeiro. Repression and Resistance in a 19th-Century City**. Stanford, Cal.: Stanford University Press, 1993.
- Karash, Mary C., **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad.: Pedro Maia Soares, São Paulo: Cia das Letras, 2000 (tradução de **Slave life in Rio de Janeiro**, Princeton University Press, 1987).
- Khoury, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. São Paulo: Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981
- Lara, Sílvia Hunold. **Campos da violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Lara, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. **Projeto História**, 16, fevereiro 1998, pp. 25-38.
- Lepetit, Bernard (org.). **Les formes de l’expérience. Une autre histoire sociale**. Paris: Albin Michel, 1995.
- Lopes, Antonio Herculano (org), **Entre Europa e África. A invenção do carioca**. RJ: Topbooks – Casa de Rui Barbosa, 2000.
- Lopes, José Leite, **Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ-Museu Nacional, Marco Zero, PROED, 1987.
- Lüdtke, Alf (org.). **The history of everyday life. Reconstructing historical experiences and ways of life**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1995.
- Machado, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Machado, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.
- Malamud, Samuel. **Recordando a Praça 11**, Rio de Janeiro: Kosmos, 1998.
- Martins, José de Souza, **Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 1992
- Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio. **Os significados da liberdade no Sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- Meade, Teresa A. **“Civilizing Rio”. Reform and Resistance in a Brazilian City 1889-1920**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.
- Mendonça, Joseli Maria N. **Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: EDUNICAMP/CECULT, 1999.
- Menezes, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.
- Moura, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- Muir, Edward & Ruggiero, Guido (org.). **History from Crime**. (Selections from *Quaderni Storici*). Baltimore & London: Johns Hopkins University Press, 1994.

- Munakata, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- Munakata, Kazumi. *O Lugar do Movimento Operário, Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, ANPUH, 1980.
- Neder, Gizlene et. alli. **A polícia na Corte e no Distrito Federal**. Rio de Janeiro: PUC (Série Estudos, 3), 1981.
- Neder, Gizlene. Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil, 1890-1927. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 1986.
- Negreiros, Plínio José L. de C. Resistência e rendição: a gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o futebol oficial em São Paulo, 1910-1916. (dissertação de mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, 1992.
- Oliveira, Maria Inês Côrtes de, **O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790-1890**. São Paulo, Corrupio/CNPq, 1988.
- Paoli, Maria Célia, Eder Sader & Vera da Silva Telles, *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa)*. In **Revista Brasileira de História**, 1984, pp. 130-131.
- Pena, Eduardo Spiler. **O jogo da face. Astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aosquatroventos, 1999.
- Pena, Eduardo Spiler. **Pajens da casa Imperial: Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871**. Campinas: Edunicamp/CECULT, no prelo (2001).
- Pereira, Leonardo A. de M. **O Carnaval das letras**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1984.
- Pereira, Leonardo A. de M. **Footballmania. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Perrot, Michelle. **Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Pinto, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)**. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1994.
- Polanyi, Karl. **The Great Transformation. The political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 1957 (1944).
- Popinigis, Fabiane. **Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)**. (dissertação de mestrado). Campinas: Departamento de História – UNICAMP, 1998.
- Rago, Luzia M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. 2ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- Reis, João José & Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Reis, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- Reis, João José. **A morte é uma festa**. Cia. das Letras, 1991.
- Resende, Beatriz (org.); **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- Rocha, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- Rolnik, Raquel. **Cada um no seu lugar! (São Paulo: início da industrialização: geografia do poder)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1981

- Raquel Rolnik, *Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. **Estudos Afro-asiáticos**, 17, 1989.
- Sader, Eder & Maria Célia Paoli, *Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*, In Ruth Cardoso (org.), **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- Sampaio, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas: Ed. Unicamp – Cecult, 2001 (no prelo)
- Sampaio, Gabriela dos Reis. **A história do feiticheiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas, Tese de doutorado, Programa de História, IFCH – Unicamp, 2000.
- Sevcenko, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984
- Sevcenko, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole. São Paulo – Sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Silva, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Silva, Eduardo. **Dom Oba II d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- Silva, Fernando Teixeira da, **Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entre-guerras)**. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP, 2000
- Slenes, Robert A. W. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Slenes, Robert A. W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. Tese Ph.D., Universidade de Stanford, 1976.
- Soares, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- Soares, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: CECULT/Editora da Unicamp, 2001.
- Soihet, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- Soihet, Rachel. **A subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 1998.
- Souza, Luís Antônio Francisco de. **São Paulo: polícia urbana e ordem disciplinar . A polícia civil e a ordem social na Primeira República**. (dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1992.
- Souza, Luís Antônio Francisco de. **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)**. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 1998.
- Souza-Lobo, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- Storch, Robert D. *O policiamento do cotidiano na Cidade Vitoriana*. **Revista Brasileira de História**, vol 5, nos. 8-9 (Cultura & Cidades), Setembro de 1984/Abril de 1985, pp. 7-34.
- Thompson, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987-8.
- Thompson, Edward P. **Costumes em comum**. Cia. das Letras, 1998.

- Vaz, Lilian Fessler *Notas sobre o Cabeça de Porco*, **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, vol. 1, nº 2, jan-dez. 1986, pp. 29-35.
- Vaz, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio antigo**. (Dissertação de mestrado). PUR/UFRJ, 1985.
- Vianna, Luiz Werneck. *Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências*, Dados, 17 (1978).
- Vitorino, Artur J. R., *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*" (Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995)
- Vv. Aa. **A Crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- Wissenbach, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Wissenbach, Maria Cristina C., "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível" in Nicolau Sevcenko (org.) **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio**. S:Paulo: Cia das Letras, 1998.
- Wissenbach, Maria Cristina C., **Ritos de magia e sobrevivência. Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-12940)**. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1997.
- Xavier, Regina Célia L. A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: CMU/EDUNICAMP, 1996.